

## **Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/ SGP/ DAGEP N º 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil**

### **I - CHAMADA**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e o Ministério da Saúde - MS tornam pública a presente Chamada e convidam os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos, e em conformidade com o **REGULAMENTO**, anexo, parte integrante desta Chamada.

#### **I.1 – OBJETIVO**

**I.1.1** – A presente Chamada tem por objetivo geral selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação do País, através da realização de estudos de avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, visando à produção de conhecimentos para o aperfeiçoamento e a efetiva implementação de ações de promoção da saúde da população negra no Brasil, excelência dos serviços de atenção básica, de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

**I.1.2** – São objetivos específicos desta chamada:

- a) Potencializar pesquisas na área para a promoção de equidade racial em saúde com atenção em incidência, prevalência e agravos à saúde da população negra, visando melhorar o Sistema Único de Saúde para o acesso e atendimento da população negra;
- b) Subsidiar a consolidação de informações atualizadas para melhor diagnóstico da situação de saúde da população negra como ferramenta institucional de planejamento de ações em saúde.

**I.1.3** – As propostas devem observar as condições específicas estabelecidas na parte **II – REGULAMENTO**, anexa a esta Chamada, que determina os requisitos relativos ao proponente, cronograma, recursos financeiros a serem aplicados nas propostas aprovadas, origem dos recursos, itens financiáveis, prazo de execução dos projetos, critérios de elegibilidade, critérios e parâmetros objetivos de julgamento e demais informações necessárias.

#### **I.2 – APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS**

**I.2.1** – As propostas devem ser acompanhadas de arquivo contendo o projeto e devem ser encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, utilizando-se do Formulário de Propostas online, disponível na Plataforma Carlos Chagas, a partir da data indicada no subitem II.1.5 - CRONOGRAMA do REGULAMENTO.

**I.2.2** – As propostas devem ser transmitidas ao CNPq até às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem II.1.5 - **CRONOGRAMA** do **REGULAMENTO**.

**I.2.2.1** – O atendimento pelo endereço eletrônico atendimento@cnpq.br ou pelo telefone 0800 61 9697 encerra-se, impreterivelmente, às 18h30 e esse fato não será aceito como justificativa para envio posterior à data limite.

**I.2.2.2** – O proponente receberá, após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

**I.2.3** – As propostas devem ser apresentadas em conformidade com o descrito no subitem **II.2 - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** – do **REGULAMENTO**, contendo rigorosamente todos os itens previstos nesta Chamada.

**I.2.4** – O arquivo contendo o projeto de pesquisa deve ser gerado fora do Formulário de Propostas *online* e anexado a este, no formato “pdf” limitando-se a 1Mb (um megabyte).

**I.2.5** – Caso seja necessário utilizar figuras, gráficos, etc, para esclarecer a argumentação da proposta, estes não devem comprometer a capacidade do arquivo, pois as propostas que excederem o limite de 1Mb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

**I.2.6** – Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem **I.2.2** acima.

**I.2.7** – Será aceita uma única proposta por proponente.

**I.2.8** – Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, respeitando-se o prazo limite estipulado para submissão das propostas, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

**I.2.9** – Constatado o envio de propostas idênticas, todas serão desclassificadas.

### **I.3 – ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO**

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

#### **I.3.1 – Etapa I – Análise pela Área Técnica do CNPq**

**1.3.1.1** – Esta etapa, a ser realizada pela área técnica do CNPq, consiste na análise das propostas apresentadas quanto ao atendimento às disposições estabelecidas nos itens do **REGULAMENTO**, relativos ao subitem **II.1.7 - ITENS FINANCIÁVEIS** e subitens **II.2.4- QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO** e **II.2.6 - QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO**, dos **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**.

#### **1.3.2 – Etapa II - Análise pelos Consultores *ad hoc***

**1.3.2.1** Esta etapa, previamente autorizada pela Diretoria Executiva do CNPq – DEX, consistirá na análise aprofundada da demanda qualificada, quanto ao mérito e relevância das propostas, a ser realizada por especialistas que se manifestarão sobre os tópicos relacionados no **subitem II.2.5- QUANTO À PROPOSTA dos CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE** e **II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO**, do anexo **REGULAMENTO**.

### **I.3.3 – Etapa III – Análise, julgamento e classificação pelo Comitê Julgador**

**I.3.3.1** – As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa considerando a análise da etapa anterior e os **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**, indicados no subitem **II.2.5 - QUANTO À PROPOSTA**, e de **JULGAMENTO**, indicados no subitem **II.3**, do **REGULAMENTO**, que serão pontuados pelo Comitê Julgador.

**I.3.3.2** – A pontuação final de cada projeto será aferida conforme estabelecido no subitem **II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO do REGULAMENTO**.

**I.3.3.3.** As propostas analisadas pelo comitê quanto à relevância, ao mérito técnico-científico e adequação orçamentária e que obtiverem nota individual igual ou superior a 6 (seis) serão recomendadas à aprovação, com ou sem cortes orçamentários. As propostas que obtiverem nota individual inferior a 6 (seis), serão não recomendadas à aprovação e não seguirão para avaliação pelo Comitê de Relevância Social.

**I.3.3.4** – O parecer do Comitê sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em Planilha Eletrônica, contendo a relação das propostas julgadas, recomendadas e não recomendadas, com as respectivas pontuações finais, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes.

**I.3.3.5** – Para propostas recomendadas, será definido o valor a ser financiado pelo CNPq.

**I.3.3.6** – Todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer técnico consubstanciado, contendo as justificativas para a recomendação ou não recomendação.

**I.3.3.7** – A Planilha Eletrônica será assinada pelos membros do Comitê.

**I.3.3.8** – Não é permitido integrar o Comitê Julgador o pesquisador que tenha apresentado propostas a esta Chamada ou que participe da equipe do projeto.

**I.3.3.9** – É vedado aos membros do Comitê:

- a) julgar processos em que haja conflito de interesses;
- b) divulgar, antes do anúncio oficial do CNPq, os resultados de qualquer julgamento;
- c) fazer cópia de processos;
- d) discriminar áreas ou linhas de pensamento;
- e) não levar em conta, sem razão justificada, nas suas recomendações, os pareceres dos assessores *ad hoc*;
- f) desvirtuar o significado do conteúdo dos pareceres dos assessores *ad hoc*;
- g) emitir parecer em recurso contra decisão sua, e
- h) comportar-se como representante de uma instituição ou de uma região.

### **I.3.4 - Etapa IV – Análise pelo Comitê de Relevância Social**

**I.3.4.1.** Esta etapa, a ser realizada pelo Comitê de Relevância Social, composto por representantes do Departamento de Gestão Participativa/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa DAGEP/SGEP/MS, Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência,

Tecnologia e Insumos Estratégicos– Decit/SCTIE, consiste na análise das propostas que forem recomendadas pelo Comitê Julgador, conforme estabelecido no item I.3.3.3 da Chamada.

**I.3.4.2.** As propostas serão avaliadas e classificadas nesta etapa considerando os **CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA SOCIAL**, indicado no subitem **II.4** do **REGULAMENTO** e todas as propostas avaliadas serão objeto de parecer consubstanciado, contendo as justificativas para a recomendação ou não recomendação.

**I.3.4.3** - O parecer do Comitê de Relevância Social sobre as propostas, dentro dos critérios estabelecidos, será registrado em planilha, contendo a relação das propostas julgadas com as respectivas pontuações, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes.

**I.3.4.4** – Não é permitido integrar o Comitê de Relevância Social o pesquisador que tenha apresentado proposta a esta Chamada ou que participe da equipe do projeto.

**I.3.4.5** – É vedado aos membros do Comitê de Relevância Social:

- a) divulgar, antes do anúncio oficial do CNPq, os resultados de qualquer julgamento;
- b) fazer cópia de processos;
- c) discriminar áreas ou linhas de pensamento;
- d) julgar propostas de projetos em que:
  1. esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na colateral, até o terceiro grau; ou
  2. esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

### **I.3.5 – Etapa V – Análise pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq**

Todas as propostas analisadas pelos Comitês serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva do CNPq, que emitirá a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários desta Chamada.

## **I.4 – RESULTADO DO JULGAMENTO**

**I.4.1** – A relação das propostas aprovadas com recursos financeiros da presente Chamada será divulgada na página eletrônica do CNPq, disponível na internet, no endereço **www.cnpq.br** e publicada no **Diário Oficial da União**.

**I.4.2** – Todos os proponentes da presente Chamada terão acesso ao parecer sobre sua proposta, preservada a identificação dos pareceristas.

## **I.5 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**I.5.1** – Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário eletrônico específico, disponível na Plataforma Carlos Chagas (<http://carloschagas.cnpq.br>), no prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da publicação dos resultados na página do CNPq e da disponibilização dos pareceres na Plataforma Carlos Chagas, conforme **NORMAS RECURSAIS** deste Conselho.

**I.5.2** – O recurso deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Análise de Recursos - COPAR que, após exame, encaminhará o resultado para deliberação final da Diretoria Executiva do CNPq.

**I.5.3** – Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

**I.5.4** – O prazo terá início e término em dias de expediente no CNPq.

## **I.6 – APOIO DAS PROPOSTAS APROVADAS**

**I.6.1** – As propostas aprovadas serão apoiadas na modalidade de Auxílio Individual, em nome do Coordenador/Proponente, mediante assinatura de TERMO DE ACEITAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO.

**I.6.2** – A assinatura do **TERMO DE ACEITAÇÃO** ficará subordinada à existência prévia de Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme disposto nas normas deste Conselho.

**I.6.3** – A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

## **I.7 – CANCELAMENTO DA CONCESSÃO**

A concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis em decisão devidamente fundamentada.

## **I.8 – PUBLICAÇÕES**

**I.8.1** – As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação ou promoção de eventos ou de projetos de pesquisa apoiados pela presente Chamada deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do CNPq, Decit/SCTIE e DAGEP/SGEP do MS, e de outras entidades/órgãos financiadores.

**I.8.2** – As **AÇÕES PUBLICITÁRIAS** atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União deverão observar rigorosamente as disposições que regulam as espécies.

## **I.9 – IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA**

**I.9.1** – Decairá do direito de impugnar os termos desta Chamada o cidadão que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas.

**I.9.2** – Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceitado sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

**I.9.3** – A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq, por correspondência eletrônica, para o endereço: presidencia@cnpq.br.

## **I.10 – REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA**

A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

## **I.11 – PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS**

É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais, de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

## **I.12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**I.12.1** – A publicação dos artigos científicos resultantes dos projetos apoiados deverá ser realizada, preferencialmente, em revistas de acesso aberto.

**I.12.2** – Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica à Coordenação do Programa de Pesquisa em Saúde (cosau@cnpq.br).

**I.12.3** – Qualquer alteração relativa à execução do projeto deverá ser solicitada ao CNPq por seu coordenador, acompanhada da devida justificativa, devendo tal alteração ser autorizada antes de sua efetivação.

**I.12.4** – Ao final da vigência, o coordenador deverá apresentar a prestação de contas financeira e os relatórios técnicos, em conformidade com o que estiver estabelecido no **TERMO DE ACEITAÇÃO** e demais normas do CNPq, sob pena de ressarcimento dos valores despendidos pelo CNPq e demais penalidades previstas na legislação de regência.

**I.12.5** – Durante a execução, o projeto será acompanhado e avaliado, em todas as suas fases, de acordo com o estabelecido no **TERMO DE ACEITAÇÃO**.

**I.12.6** – O CNPq e o Departamento de Gestão Participativa/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa DAGEP/SGEP/MS, em parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos– Decit/SCTIE reservam-se o direito de, durante a execução do projeto, realizar seminários presenciais de avaliação parcial e final, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

**I.12.7** – As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão consideradas de acesso público, observadas as disposições abaixo:

**I.12.7.a)** Os projetos submetidos a esta Chamada, bem como quaisquer relatórios técnicos apresentados pelos pesquisadores e/ou bolsistas para o CNPq, que contenham informações sobre os projetos em andamento, terão acesso restrito até o ato decisório referente à aprovação final pelo CNPq. (Lei 12.527/2011 de 18 de novembro de 2011, art 7º, §3º, e Decreto 7.724/2012 de 16 de maio de 2012, art 20);

**I.12.7.b)** Aqueles pesquisadores cujos projetos submetidos ao CNPq, aprovados ou não, e/ou seus relatórios técnicos apresentados que possam gerar, no todo ou em parte, resultado potencialmente objeto de Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Desenho Industrial, Programa de Computador ou qualquer outra forma de registro de Propriedade Intelectual e semelhantes deverão manifestar explicitamente o interesse na restrição de acesso na ocasião da submissão do projeto e/ou do envio do relatório técnico.

**I.12.7.b1)** As obrigações de sigilo e restrição de acesso público previstas na cláusula anterior subsistirão pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir da solicitação da restrição.

**I.12.7.b2)** Em que pese a possibilidade de restrição de acesso, esta não reduz, contudo, a responsabilidade que os pesquisadores, suas equipes e instituições têm, como membros da comunidade de pesquisa, de manter, sempre que possível, os resultados da pesquisa, dados e coleções à disposição de outros pesquisadores para fins acadêmicos.

**I.12.7.c)** As partes deverão assegurar que cada um de seus empregados, funcionários, agentes públicos e subcontratadas, que tenham acesso às informações de acesso restrito, tenham concordado em cumprir as obrigações de restrição de acesso à informação.

**I.12.7.d)** O CNPq disponibilizará, a seu critério, as informações primárias de todos os projetos, tais como: título, resumo, objeto, proponente(s), instituições executoras e recursos aplicados pelo órgão.

**I.12.8** – Caso os resultados do projeto ou o relatório em si venham a ter valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-ão de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004), regulamentada pelo Decreto 5.563, de 11 de outubro de 2005 e pelas normas internas do CNPq que regulam a matéria.

**I.12.9** – A presente Chamada regula-se pelos preceitos de direito público inseridos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber, e, em especial, pelas normas internas do CNPq.

**I.12.10 – OS ESCLARECIMENTOS E AS INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE, BEM COMO A LEGISLAÇÃO QUE REGULA ESTA CHAMADA, PODERÃO SER OBTIDOS NOS ITENS II.6 e II.7 DO REGULAMENTO**

### **I.13 – CLÁUSULA DE RESERVA**

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 26 de agosto de 2014.

## **Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/ SGEF/ DAGEP N º 21/2014 - Saúde da População Negra no Brasil.**

### **II - REGULAMENTO**

O presente REGULAMENTO tem por finalidade definir as atividades a serem apoiadas financeiramente e as condições para implementação do apoio, mediante a seleção, por Chamada, de propostas para execução de projetos.

#### **II.1 – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**

##### **II.1.1 – DO OBJETO**

Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, com a realização de estudos de avaliação da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra.

##### **II.1.2 – DOS OBJETIVOS**

**II.1.2.1 Geral:** produzir conhecimentos que contribuam para o aperfeiçoamento e a efetiva implementação da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra, visando à promoção da saúde deste grupo populacional brasileiro, excelência dos serviços de atenção básica, de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

##### **II.1.2.2 – Específicos:**

- a) Potencializar pesquisas na área para a promoção de equidade racial em saúde com atenção em incidência, prevalência e agravos à saúde da população negra, visando melhorar o Sistema Único de Saúde para o acesso e atendimento da população negra;
- b) Subsidiar a consolidação de informações atualizadas para melhor diagnóstico da situação de saúde da população negra como ferramenta institucional de planejamento de ações em saúde.

##### **II.1.3. DOS TEMAS/LINHAS DE PESQUISA**

**II.1.3.1** Serão contemplados os seguintes temas/linhas de pesquisa:

**Tema 1** - Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

**Tema 2 - Racismo Institucional:** Avaliação de processos de trabalho e financiamento das ações em saúde da população negra; e Avaliação da cobertura e qualidade do registro do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde;

**Tema 3 - Situações de risco, agravos e incapacidades:** doenças crônicas não transmissíveis; doenças transmissíveis; racismo e saúde mental; morbimortalidade por causas externas; morbimortalidade materna; morbimortalidade infantil e doenças negligenciadas relacionadas à saúde da população negra

**Tema 4 - Identificação e avaliação de estratégias de promoção da saúde e qualidade de vida para a população negra e quilombola em espaços promotores de saúde, levando em consideração as práticas culturais, tradicionais e religiosas afro-brasileiras;**

**Tema 5 - Racismo no Brasil:** seus impactos nas relações sociais e implicações sobre condições de vida, processo de saúde-adoecimento, cuidado e morte da população negra e mortalidade da juventude negra.

## II.1.4. CONSIDERAÇÕES GERAIS

**II.1.4.1.** O proponente poderá apresentar um único projeto, escolhendo um dos temas descritos no item II.1.3, mas poderá participar da equipe de outras propostas financiadas por esta chamada, como pesquisador colaborador.

**II.1.4.2.** Será dada prioridade aos projetos encaminhados em rede ou multicêntricos e, ainda, àqueles que prevêem articulação com gestoras e gestores estaduais e municipais de Saúde, tendo explicitadas as formas de participação de cada um dos atores na pesquisa.

## II.1.5 – CRONOGRAMA

Atividades	Data
Lançamento da Chamada no <b>Diário Oficial da União</b> e na página do CNPq	27/08/2014
Data limite para submissão das propostas	13/10/2014
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do CNPq na internet	A partir de 21/11/2014
Apoio às propostas aprovadas	A partir de 01/12/2014

## II.1.6 – RECURSOS FINANCEIROS

**II.1.6.1** – As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa SGEP/MS, a ser(em) liberado(s) **de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.**

**II.1.6.2** – Os projetos submetidos deverão ter valor mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

**II.1.6.3** – A Diretoria Executiva do CNPq poderá, em eventual identificação de recursos adicionais para a Chamada, decidir por ajustes no valor global mencionado no subitem **II.1.6.1**.

## **II.1.7 – ITENS FINANCIÁVEIS**

**II.1.7.1** – Os recursos da presente chamada serão destinados ao financiamento de itens de custeio, capital e bolsa, que serão incluídos, automaticamente, no Formulário de Propostas *online*, no orçamento do projeto, compreendendo:

### **II.1.7.1.1 – CUSTEIO:**

**a)** material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, *software*, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos;

**b)** serviços de terceiros – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual;

**c)** despesas acessórias, especialmente as de importação e as de instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos (ver subitem **II.1.7.4**);

**d)** passagens e diárias, até o limite de 20% do valor total da proposta, destinadas a atividades de campo, coleta de dados, reuniões de trabalho entre os membros da equipe, suporte de especialistas para o desenvolvimento do projeto e participação do coordenador da proposta e mais um membro da equipe em 02 Seminários de Acompanhamento e Avaliação (A&A), em Brasília, que poderão ser realizados a critério e de acordo com os interesses do Departamento de Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - DAGEP/ SGEP do Ministério da Saúde-MS. Os valores das diárias deverão ser estabelecidos em montante adequado ao local de destino, não devendo ultrapassar os valores previstos nas Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração do CNPq, disponíveis no endereço [http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_0oED/10157/1101022](http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/1101022).

**II.1.7.1.1.1** – Qualquer pagamento à pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício.

**II.1.7.1.1.2** – A mão-de-obra empregada na execução do projeto não terá vínculo de qualquer natureza com o CNPq e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, permanecendo na exclusiva responsabilidade do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

**II.1.7.1.1.3** – O valor total solicitado para os itens de custeio descritos nas alíneas “a” a “c” deverão ser incluídos no campo “custeio” do Formulário de Propostas *online*.

**II.1.7.1.1.4** – Os valores de passagens e diárias deverão ser incluídos em campos do mesmo nome do referido formulário, seguindo as instruções lá contidas.

### **II.1.7.1.2 – CAPITAL:**

**a)** equipamentos e material permanente;

**b)** material bibliográfico.

**II.1.7.1.2.1** – Os itens de capital serão alocados na instituição de execução do projeto sob a responsabilidade, manutenção e guarda do Coordenador/Instituição de execução do projeto.

### **II.1.7.1.3 – BOLSAS:**

**II.1.7.1.3.1** – Serão concedidas bolsas nas modalidades de fomento tecnológico, especificamente: a) Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI); b) Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI); c) Extensão no País (EXP) e d) Apoio Técnico em Extensão no país (ATP). Os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, no Formulário de Propostas *on line*, no orçamento do projeto, bastando ao proponente indicar a quantidade, bem como a duração, em número de meses, da(s) bolsa(s) pretendida(s) por modalidade, nos campos específicos a este tipo de recurso, disponíveis no formulário.

**II.1.7.1.3.2** – A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no endereço <http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas-e-auxilios>.

**II.1.7.1.3.3** – A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto.

**II.1.7.1.3.4** – As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

**II.1.7.1.3.5** – Caberá ao coordenador fazer as indicações dos bolsistas tão logo seja assinado o Termo de Aceitação de Apoio Financeiro.

**II.1.7.1.3.6** - Não serão concedidas bolsas a coordenadores de projetos.

**II.1.7.2** – São vedadas despesas com:

- a)** crachás, pastas e similares, certificados, ornamentação, coquetel, jantares, *shows* ou manifestações artísticas de qualquer natureza;
- b)** despesas de rotina como contas de luz, água, telefone, correios, reprografia (exceto questionários/instrumentos de pesquisa) e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- c)** pagamento de taxas de administração, de gerência, a qualquer título;
- d)** obras civis (*ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos, as quais deverão ser justificadas no orçamento detalhado da proposta - subitem II.2.2*), entendidas como de contrapartida obrigatória da instituição de execução do projeto;
- e)** aquisição de veículos automotores;
- f)** pagamento de salários ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo ou quaisquer outras vantagens para pessoal de instituições públicas (federal, estadual e municipal);
- g)** pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;
- h)** pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.
- i)** mobiliário, exceto aqueles cuja justificativa demonstre ser indispensável sua aquisição para a condução adequada do projeto;
- j)** serviços de tradução ou revisão de textos, publicação de livros e confecção de material de divulgação da pesquisa;

k) despesas com participação em eventos científicos, exceto os seminários de avaliação parcial e/ou final dos projetos que poderão ocorrer sob a coordenação do Ministério da Saúde.

**II.1.7.2.1** – As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

**II.1.7.3** – Para contratação ou aquisição de bens e serviços deverão ser observados os princípios constitucionais e legais, bem como as normas do CNPq de **PRESTAÇÃO DE CONTAS**.

**II.1.7.4** – Quando aplicável, a proposta deve incluir as despesas acessórias decorrentes da importação de equipamentos, material permanente e material de consumo, na razão de até 18% (dezoito por cento) do montante previsto para tais gastos.

**II.1.7.5** – O CNPq não responde pela suplementação de recursos para fazer frente a despesas decorrentes de quaisquer fatores externos ao seu controle, como flutuação cambial.

**II.1.7.6** – Tratando-se de projetos de **INOVAÇÃO**, nos termos previstos na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), poderão ser previstas despesas operacionais ou administrativas, no montante de até 5% dos valores aprovados.

## **II.1.8 – PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS**

**II.1.8.1** – As propostas a serem apoiadas pela presente Chamada deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses.

**II.1.8.2** – Excepcionalmente, o prazo de execução dos projetos poderá ser prorrogado, mediante pedido fundamentado do coordenador, que justifique a prorrogação pleiteada, e aceito pelo CNPq.

## **II.2 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**II.2.1** – Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios.

**II.2.2** – O atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da proposta, seu enquadramento, análise e julgamento.

**II.2.3** – A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles poderá resultar na desclassificação da proposta.

### **II.2.4 – QUANTO AO PROPONENTE E EQUIPE DE APOIO:**

**II.2.4.1** – O proponente, responsável pela apresentação da proposta, deve atender, obrigatoriamente, aos itens abaixo:

**a)** possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes, atualizado até a data limite para submissão da proposta;

**b)** ser obrigatoriamente o coordenador do projeto;

**c)** ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto. Vínculo formal é entendido como toda e qualquer forma de vinculação existente entre o proponente, pessoa física, e a instituição de

execução do projeto. Na inexistência de vínculo empregatício ou funcional, o vínculo estará caracterizado por meio de documento oficial que comprove haver concordância entre o proponente e a instituição de execução do projeto para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e/ou ensino, documento esse expedido por autoridade competente da instituição. Esse documento deve ficar em poder do proponente, não sendo necessária a remessa ao CNPq.

**II.2.4.2** – Ao apresentar a proposta, o proponente assume o compromisso de manter, durante a execução do projeto, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

**II.2.4.3** – A equipe técnica poderá ser constituída por pesquisadores, alunos e técnicos. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

**II.2.4.4** – Somente deverão ser incluídos na equipe do projeto aqueles que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

**II.2.4.5** – É obrigatório que os membros da equipe técnica caracterizados como pesquisadores tenham seus currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Essa exigência não se aplica a pesquisadores estrangeiros.

## **II.2.5 – QUANTO À PROPOSTA :**

**II.2.5.1** – O projeto deve estar claramente caracterizado como de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação.

**II.2.5.2** – As propostas deverão ser apresentadas na forma de projeto de pesquisa. Recomenda-se que este projeto apresente as seguintes informações, de forma a permitir sua adequada análise por parte dos Comitês Julgadores:

- a)** identificação da proposta;
- b)** qualificação do principal problema a ser abordado;
- c)** objetivos e metas a serem alcançados;
- d)** indicadores de acompanhamento;
- d)** metodologia a ser empregada;
- e)** principais contribuições científicas, tecnológicas ou de inovação da proposta;
- f)** orçamento detalhado;
- g)** cronograma físico-financeiro;
- h)** identificação de todos os participantes do projeto;
- i)** indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área, quando for o caso;
- j)** indicação da participação e, se for o caso, definição da forma de articulação com gestoras e gestores estaduais e municipais de saúde;

k) disponibilidade efetiva de infra-estrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto, e;

l) estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros.

## II.2.6 – QUANTO À INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO:

**II.2.6.1** – A instituição de execução do projeto é aquela onde será desenvolvido o projeto de pesquisa e com a qual o proponente deve apresentar vínculo e será doravante denominada “Instituição de Execução do Projeto”, podendo ser:

a) instituição de ensino superior, pública ou privada sem fins lucrativos;

b) instituto e centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou privado sem fins lucrativos;

c) empresa pública, que execute atividades de pesquisa em Ciência, Tecnologia ou Inovação.

**II.2.6.1.1** – A instituição de execução do projeto deverá ser constituída sob as leis brasileiras e ter sua sede e administração no País.

## II.3 – CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

**II.3.1** – São os seguintes os critérios para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária:

Critérios de análise e julgamento		Peso	Nota
<b>A</b>	mérito, originalidade e relevância do projeto para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País	2,0	0 a 10
<b>B</b>	adequação da metodologia proposta para alcance dos objetivos, atividades e metas propostos	2,0	0 a 10
<b>C</b>	experiência prévia do Coordenador na área do projeto de pesquisa, considerando sua produção científica ou tecnológica relevante, nos últimos cinco anos, com base no CV Lattes	1,5	0 a 10
<b>D</b>	coerência e adequação entre a capacitação e a experiência da equipe do projeto aos objetivos, atividades e metas propostos	1,0	0 a 10
<b>E</b>	adequação do orçamento aos objetivos, atividades e metas propostos	1,0	0 a 10

<b>F</b>	trata-se de estudo multicêntrico ou em rede? Em caso afirmativo, atribuir nota 10 (dez). Em caso negativo, atribuir nota 0 (zero).	1,0	0 ou 10
<b>G</b>	O projeto prevê articulação com gestoras e gestores estaduais e municipais de Saúde, estando explícitas as formas de participação de cada um dos atores na pesquisa? Em caso afirmativo, atribuir nota 10 (dez). Em caso negativo, atribuir nota 0 (zero).	1,5	0 ou 10

**II.3.2** – Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

**II.3.3** – A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

**II.3.4** – Será utilizado como critério de desempate a maior pontuação obtida pela proposta no somatório dos itens A, B, e C.

## **II.4 - CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA RELEVÂNCIA SOCIAL**

**II.4.1.** - São os seguintes os critérios para classificação das propostas quanto à relevância social:

<b>Crítérios de análise e julgamento</b>		<b>Peso</b>	<b>Nota</b>
<b>A</b>	Aplicabilidade para o SUS, no que se refere à factibilidade de utilização dos resultados da pesquisa nos serviços, programas e/ou sistemas de saúde públicos a curto, médio e longo prazo.	3,5	0 a 10
<b>B</b>	Perspectiva de impacto positivo nas condições de saúde da população negra	3,5	0 a 10
<b>C</b>	Mérito, originalidade e relevância do projeto para a política nacional de saúde integral da população negra	3,0	0 a 10

**II.4.2.** Para estipulação das notas poderão ser utilizadas até duas casas decimais.

**II.4.3.** A pontuação final de cada projeto será aferida pela média ponderada das notas atribuídas para cada item.

**II.4.4.** As propostas serão recomendadas em ordem decrescente de pontuação.

**II.4.5** Será considerado como critério de desempate a nota final na avaliação de mérito técnico-científico.

## **II.5 – AVALIAÇÃO FINAL/PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**II.5.1** – O Coordenador do projeto deverá encaminhar em Formulário *online* específico, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do projeto, em conformidade com o **TERMO DE ACEITAÇÃO** e demais normas do CNPq:

**II.5.1.1** – A prestação de contas financeira, com apresentação de comprovantes de despesas, em conformidade com as normas de **PRESTAÇÃO DE CONTAS** disponíveis no endereço eletrônico <http://www.cnpq.br/web/guest/prestacao-de-contas1>.

**II.5.1.2** – O relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas durante a execução do projeto e o registro de todas as ocorrências que afetaram o seu desenvolvimento.

**II.5.2** – Quando solicitado pelo CNPq, o Coordenador deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto de pesquisa aprovado.

**II.5.3.** Na conclusão do projeto, o coordenador da pesquisa deverá produzir um resumo executivo sobre os principais resultados do estudo com foco na sua utilização na gestão do SUS, para público alvo composto por gestores de saúde. O Trabalho deverá ter até 3.000 caracteres e será submetido a comitê editorial, podendo ser publicado pelo MS.

**II.5.4** Considerar-se-á em situação de inadimplência, em conformidade com o que estabelece as normas do CNPq, o BENEFICIÁRIO que:

- a) não apresentar o relatório técnico e/ou a prestação de contas dos recursos recebidos, nos prazos estipulados;
- b) não tiver o seu relatório técnico e/ou a sua prestação de contas financeira aprovada pelo CNPq e não ter ressarcido o CNPq dos valores concedidos; ou
- c) tiver despesa glosada e não ressarcida devidamente corrigida, conforme legislação aplicável.

## **II.6 – ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS ACERCA DO CONTEÚDO DA CHAMADA E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE PROPOSTA ONLINE E LEGISLAÇÃO**

**II.6.1** – Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada podem ser obtidos encaminhando mensagem para o endereço: [chamadapopnegra2014@cnpq.br](mailto:chamadapopnegra2014@cnpq.br).

**II.6.2** – O atendimento a proponentes com dificuldades técnicas no preenchimento do Formulário de Propostas será feito pelo endereço eletrônico: [atendimento@cnpq.br](mailto:atendimento@cnpq.br).

**II.6.3** – Para dúvidas ou dificuldades no preenchimento dos itens do Formulário de Propostas o atendimento será realizado pelo telefone 0800.61.9697, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h30 às 18h30.

## **II.7 – DAS LEGISLAÇÕES MENCIONADAS:**

<b>TERMO</b>	<b>DISPOSITIVOS e LEGISLAÇÃO</b>
<b>AÇÕES PUBLICITÁRIAS</b>	<p><b>Caput e parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal</b> <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm</a></p> <p><b>IN/SECOM-PR n° 02 de 16 de dezembro de 2009</b> <a href="http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/institucional/legislacao/instrucoes-normativas">http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/institucional/legislacao/instrucoes-normativas</a></p>

<b>AUXÍLIOS INDIVIDUAIS</b>	<b>RN 017/2011</b>  <a href="http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25480">http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25480</a>
<b>LEI DE LICITAÇÕES</b>	<b>Lei nº 8.666/1993</b>  <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm</a>
<b>INOVAÇÃO</b>	<b>Lei nº 10.973/2004</b>  <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm</a>
<b>LDO</b>	<b>Lei nº 12.465/2011</b>  <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12465.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12465.htm</a>
<b>PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>	<b>RN-013/2008</b>  <a href="http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/24829">http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/24829</a>
<b>NORMAS ESPECÍFICAS DE BOLSAS</b>	<b>RN 015/2010 - Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora/ Bolsas de Longa Duração-Anexo I</b> <a href="http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas2">http://www.cnpq.br/web/guest/bolsas2</a> Item 1- Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – DTI; Item 2 - Iniciação Tecnológica e Industrial – ITI; Item 4 - Extensão no País – EXP; Item 5 - Apoio Técnico em Extensão no País - ATP
<b>NORMAS RECURSAIS</b>	<b>RN-006/2009</b>  <a href="http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25041">http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25041</a>
<b>PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>Caput e parágrafo 1º do art. 37 da Constituição Federal</b> <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm</a>
<b>PRINCÍPIOS LEGAIS</b>	<b>LEI nº 9.784/1999, Art. 2º</b>  <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9784.htm</a>
<b>TERMO DE ACEITAÇÃO</b>	<b>RN-018/2011 que revoga a RN-024/2006</b>  <a href="http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25465">http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25465</a>
<b>MANUAL DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<a href="http://www.cnpq.br/documents/10157/d6b5ae87-42ab-4b4c-85f6-838fedda953d">http://www.cnpq.br/documents/10157/d6b5ae87-42ab-4b4c-85f6-838fedda953d</a>

## **II.8 – COORDENAÇÃO RESPONSÁVEL PELA CHAMADA**

A Coordenação do CNPq responsável pelo acompanhamento da presente Chamada é a Coordenação do Programa de Pesquisa em Saúde-COSAU.